

ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria, no dia de hoje, 7 de março, fazer uma homenagem especial aos meus colegas jornalistas, profissionais esses que fazem do dia a dia a busca da informação, a formação de opiniões. A todos os jornalistas, meus colegas, que possamos comemorar essa data e peço o registro em ata.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será feito deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Acrescentando ao que o deputado Kennedy Nunes acabou de falar, queríamos, ainda, de acrescentar o Dia Mundial da Saúde, todos os profissionais ligados à área da Saúde. Que fique registrado nos anais desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será feito.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos. Antes, porém, transmito a condução dos trabalhos ao deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos visitam neste dia, em especial, os trabalhadores e as trabalhadoras da Educação, que estão mais uma vez aqui. Quero cumprimentá-los e falar da importância desses trabalhadores e trabalhadoras que doam a sua vida para educar os nossos pequenos e grandes catarinenses.

Hoje vou usar o horário do nosso partido, deputada Luciane Carminatti, e, depois da minha fala, pedirei para que seja transmitida em telão uma gravação do secretário Deschamps, que deixou todos nós...

Vou trazer para esta tribuna, para este telão, porque parte da sociedade catarinense possivelmente não acompanhou esta fala que deixou-nos impactados. Então, depois falarei sobre o nosso apoio à luta da educação em Santa Catarina.

Sr. presidente, neste momento gostarei de falar sobre um tema que para nós é muito caro, muito importante, que tem uma relação profunda com Trata-se de uma lei aprovada nesta Casa, a Lei n. 15.133, de 19 de janeiro de 2010, que cria a

Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.

Na semana passada o secretário Carlos Chiodini foi para Chapecó fazer o lançamento dos primeiros pagamentos por serviços ambientais. Essa é uma política que defendemos muito, inclusive fui proponente de uma emenda ao Código Ambiental Catarinense que institui a Política de Pagamento de Remuneração por Serviços Ambientais, porque entendemos justo, especialmente com a nossa agricultura familiar, com as pequenas propriedades do nosso estado, que tem por obrigação pessoal e individual o cuidado com a água, com o meio ambiente, mas esse processo visa o bem-estar do planeta, da humanidade, da população, que mora, muitas vezes, na cidade, e ocupa esta reserva, este bem que é a nossa água para sua sobrevivência.

Então, entendemos muito justo que tenhamos políticas públicas, como ocorre em tantos lugares do mundo, como é em Extrema, Minas Gerais, uma região pioneira na implantação desta política, que abastece parte da cidade de São Paulo nesta grande seca.

A política de não deixar a responsabilidade apenas aos nossos agricultores e agricultoras familiares, o cuidado com o meio ambiente, com a água, entendemos importante. É justa essa política de remuneração, apesar de não entendermos que a pessoa tenha que cuidar do meio ambiente sozinha e receber pagamento por isso, mas como uma contribuição para as famílias, às pessoas que estão lá no interior do nosso estado cuidando do meio ambiente, preservando esse bem.

Até estranhamos o fato de os nossos secretários da Agricultura e de Desenvolvimento Sustentável terem anunciado um programa dentro do Programa Microbacias, sendo que já temos aqui uma lei completa nesse sentido, que cria o Fundo Estadual do Pagamento por Serviços Ambientais. Eu não sei em qual lei que eles se basearam ao anunciarem esta política, na qual temos, inclusive, valores por hectare, temos uma política clara, um fundo estadual e, pelo anunciado em

Chapecó, além de ser muito pouco no início, com apenas dois ou três agricultores, entendemos que há também uma regra, não muito clara, neste anúncio com o qual concordamos e achamos fundamental para o futuro nosso, inclusive, aqui em Santa Catarina estamos em cima de um grande reservatório de água doce, o maior do mundo, que é o Aquífero Guarani, e precisamos ter esse cuidado.

Agora, não entendemos o porquê não usar a nossa lei, a nossa legislação do Código Florestal Catarinense, que deixa muito claro essa política.

Outra questão, sr. presidente, temos urgência e estamos cobrando há muito tempo a implantação, de fato, da Lei n. 14.652, de 13 de janeiro de 2009, que estipula que todas as hidrelétricas, especialmente as PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas -, paguem 1% do seu faturamento mensal, do seu faturamento líquido, para recuperar a bacia do rio. Nós já temos a lei, mas ela ainda não está sendo implantada em Santa Catarina, estamos ainda com a legislação de 2009. Nós lamentamos por isso, porque o art. 7º deixa muito claro o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 7º Todo empreendimento de geração de energia elétrica situado no território catarinense, pagará mensalmente *royalty* equivalente a um por cento (1%) de seu faturamento líquido.

Parágrafo único. Os recursos oriundos desta cobrança deverão ser utilizados para recuperação da mata ciliar, recuperação de áreas degradadas, programas de educação ambiental, compensação e pequenos agricultores situados na bacia hidrográfica onde estão situados os empreendimentos hidrelétricos". [sic]

Então, já temos legislação que fala da remuneração para as famílias, recuperação das bacias hidrográficas, e já temos também fonte de recursos, além do Programa Microbacias, que é o SC Rural hoje em nosso estado. E por que não implantar essa política, de fato, em Santa Catarina? Qual é o problema? Quais são os compromissos que estão colocados para que essa

política, essa legislação não possa ser implantada?

Por isso, entendemos que é fundamental que Santa Catarina tenha a produção de alimentos, que continue investindo e tendo a sua agricultura familiar com forte intervenção no processo de desenvolvimento em todo o território catarinense, ocupando as regiões com pequenas propriedades. Esta política de renda, de remuneração para a agricultura familiar é central para que nossos agricultores familiares continuem no meio rural preservando e cuidando da nossa água e do nosso meio ambiente.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - O próximo orador inscrito é o deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Saúdo o deputado Leonel Pavan, que neste instante exerce a Presidência da Assembleia Legislativa, também os srs. deputados, as sras. deputadas, os profissionais da educação que estão presentes em grande número para participar de uma justa reivindicação e que se reúnem na luta por seus direitos.

(Palmas das galerias)

No Império Romano havia a chamada proibição das etéreas, ou seja, as pessoas não podiam sair para protestar. Houve um episódio que houve um incêndio, não lembro exatamente a cidade, e o então governador decidiu montar um Corpo de Bombeiros, e o imperador disse não porque era mais perigoso permitir um Corpo de Bombeiros, que era uma aglutinação de pessoas, do que cuidar dos incêndios.

E hoje em dia continua essa mesma proibição das etéreas no sentido de não permitir que as pessoas se reúnam, muitas vezes, para protestar e exigir seus direitos.

(Palmas das galerias)

Eu quero salientar no meu pronunciamento que o nosso representante e presidente da comissão de

Constituição e Justiça, deputado Mauro de Nadal, evidentemente, com o apoio de outros parlamentares, votou pela inadmissibilidade da medida provisória, e ele foi acompanhado por vários deputados, inclusive pela deputada representante da área da Educação, deputada Luciane Carminatti.

(Palmas das galerias)

A nossa bancada, o nosso líder, deputado Antônio Aguiar, já fechou questão, são onze deputados e vai votar pela inadmissibilidade, aqui no Plenário. Temos convicção de que esta medida provisória não prosperará.

Quero falar sobre um projeto de lei que apresentei em 2007, quando estava no Congresso Nacional, que acabou sendo arquivado quando saí, mas pedi ao deputado Rubens Bueno, que me sucedeu na liderança do PPS para desarquivá-lo. Ele assim o fez e agora dia 31 de março a presidente Dilma Rousseff sancionou esta proposta.

Trata-se de uma proposta que altera a lei de registros públicos no país. Permite, no meu entendimento, sanar uma grande injustiça que havia na lei de registros públicos. Para a lei de registros públicos só o pai poderia registrar o filho, ou no seu impedimento, até 45 dias, a mãe. Hoje, em função de várias questões, inclusive desta, há um levantamento que mostra que o Brasil possui 5,5 milhões de crianças sem pai. Evidentemente que não são sem pai, toda criança tem um pai, elas não têm um registro de um pai feito num cartório de registros públicos.

Por este projeto de lei haverá uma alteração no art. 52, da Lei n. 6.215, que passará a constar que o pai ou a mãe, isoladamente ou em conjunto, podem registrar o filho. Isso não significa que possam simplesmente chegar lá e colocar o nome, são necessárias outras provas da paternidade, que passa pelo casamento, pela união estável e outras que a própria lei exige.

Mas isso sana uma distorção. A partir da Constituição de 1988, o Brasil criou a igualdade entre homem e mulher, não há mais a figura longínqua, que vem do direito romano, que dizia

que o pai era o *paterfamilias*, e havia o entendimento de que a mãe era uma verdade, o pai uma presunção. Hoje, mesmo sendo mãe não dá para dizer que é de verdade, porque mesmo que ela venha parir um filho, de repente, pode não ser filho dela, pode ser de uma inseminação artificial de outra mulher. Evidentemente que esta presunção não vale como verdadeira nem para um nem para outro. E muito menos a exigência de que a mulher tenha que procurar o Poder Judiciário para conseguir o registro.

Isso parte de uma questão chamada Ação Afirmativa ou Discriminação Positiva que surgiu nos Estados Unidos, na época do Kennedy, da possibilidade de ao pegar alguém que está numa situação de inferioridade social, em determinado instante, dar um direito maior. Isso é muito comum. A própria Constituição brasileira colocou inúmeros dispositivos para a possibilidade daquele que é portador de necessidades especiais ter uma determinada vantagem, uma ação afirmativa. Mesmo a mulher, no art. 7, dos Direitos Trabalhistas, da Constituição, tem direito à Lei Especial de Proteção ao Trabalho da Mulher.

Então, essa modificação, que acontecerá a partir de agora, que será implementada, e é claro que agora surgirá a discussão, será muito importante.

Eu recebi, quando apresentei, ou melhor, quando a lei foi aprovada pela primeira vez, algumas críticas, muitas delas dirigidas por alguns setores ligados à OAB, à comunidade masculina achando que isso não deveria ser alterado.

Mas nós viemos de outro mundo. Olha o direito que tem as crianças. São 5,5 milhões de crianças que não tem no seu registro o nome do pai, evidentemente, tem um direito muito forte, muito importante, protegido pela Constituição, de ter esse registro.

Olha o direito de igualdade que tinha a mulher, que precisava esperar que o pai registrasse a criança, mesmo estando sozinho, ou

em conjunto. Ou ela teria, muitas vezes, que procurar medidas judiciais para assim proceder.

Por isso, quero registrar a aprovação desse projeto, espero que ele sirva para que possamos ter avanços na sociedade. Precisamos trabalhar para conseguirmos a possibilidade de fazer boas leis, porque a Assembleia Legislativa é muito limitada na capacidade de fazer leis. O Congresso Nacional, a Constituição Federal, estão aqui os professores, lá no art. 22, diz o seguinte: "Apenas compete à União fazer leis." Só a União legisla sobre o direito processual civil, processual penal, comercial, do trabalho, processual, penal. A capacidade legislativa das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores é muito pequena.

Estamos trabalhando em um projeto para tentar alterar isso. É uma Proposta de Emenda Constitucional a partir das assembleias. Temos aqui algumas pessoas que fazem parte disso, como os nossos deputados Rodrigo Minotto, deputado Vicente Caropreso e a deputada Luciane Carminatti. Estamos trabalhando numa proposta e queremos ver se encaminhamos até a metade do ano para aprovarmos em outras assembleias e chegarmos até o Congresso Nacional.

Dessa forma, não conseguimos fazer boas leis pela incapacidade legislativa. Esse projeto é de minha autoria, apresentei quando era deputado federal e fico satisfeito em vê-lo aprovado. Espero que possa servir às crianças do Brasil.

Muito Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonal Pavan) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, srs. deputados e sras. deputadas, plateia ligada à área da Educação, colegas parlamentares, em especial os que têm suas profissões de origem ligadas à área da Saúde, como eu, que sou médico.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores,

Hoje celebramos o Dia Mundial da Saúde, e para esse ano o tema proposto internacionalmente para a reflexão num dia tão especial é a questão da segurança alimentar.

Trata-se de uma data oficialmente celebrada desde o ano de 1948, para enfatizar as necessidades ligadas às questões da saúde pública, e inicialmente foram os médicos que se engajaram na valorização de um dia que alertasse a população para campanhas dessa ordem, e adiante também profissionais da Odontologia, Enfermagem, Psicologia, Biomedicina, Nutrição e de outras áreas que também se somaram a um importante esforço.

Nesse ano, o Dia Mundial da Saúde enfatiza questões da saúde pública em todo o mundo, e a exemplo de vezes anteriores conscientiza a população sobre a responsabilidade do Estado em oferecer saúde ao cidadão e garantir que todos tenham acesso ao atendimento médico de forma plena.

A Organização Mundial da Saúde - OMS - traz a discussão de que ter saúde vai muito além de não estar doente, pois significa ter qualidade de vida e ser saudável do ponto de vista físico, mental e social.

No contexto da saúde pública, assuntos como saneamento básico, tratamento de água e preservação do meio ambiente, tornam-se importantes para garantir essa qualidade de vida no debate sobre o Dia Mundial da Saúde.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o termo saúde designa o estado em que um indivíduo fica em completo bem-estar, seja ele físico, mental, ou social, sendo também quando ele está longe de qualquer tipo de doença.

Para os profissionais, existem quatro itens principais que atuam na qualidade da saúde de uma pessoa, que são a biologia humana, o ambiente, estilo de vida e também a assistência médica. Ou seja, essa qualidade é mantida e melhorada não só através de uma boa alimentação e da realização de exercícios físicos, mas também pela capacidade que

os médicos têm de fazer indicações adequadas para que a pessoa se mantenha saudável.

Nesse sentido, quando a proposta de reflexão está direcionada para a Segurança Alimentar, vale lembrar que essa compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

Esses são pressupostos da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei Federal em vigor no Brasil desde o ano de 2006. Ou seja, todos têm direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional.

Ela deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região.

Já a insegurança alimentar e nutricional pode ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos. No Dia Mundial da Saúde não deve passar sem que cada um reflita, especialmente sobre questões de grande importância, como a da Segurança Alimentar.

A primeira questão que apresento relativa à Segurança Alimentar é a da água, que para ser consumida e garantir saúde precisa ter boa qualidade, com o tratamento adequado para ser considerada potável, sem substâncias ou micróbios que nos prejudiquem.

Vale lembrar que apesar de que a água só é constituída por minerais e nenhuma vitamina, ela é considerada a maior fonte de alimentação, tanto é que podemos sobreviver cinco semanas sem comer, mas não passamos de sete, no máximo dez dias sem ter água para beber.

Hoje estamos vivendo uma crise hídrica inimaginável há algumas décadas para a maioria da população. Uma metrópole, como São Paulo, vive da água de um volume morto de grandes barragens que estão a 20% de sua capacidade. Vemos rios como o São Francisco, assoreado, e com a profundidade crítica, a ponto de não permitir sua navegabilidade, e é bom lembrar que estamos falando de um rio apontado como solução para a seca do nordeste.

Em comunidades evoluídas como na Califórnia, nos Estados Unidos, já existem racionamento adotado oficialmente. Mas não precisamos ir muito longe, pois aqui no vizinho, o estado do Paraná, a capital Curitiba, também está apreensiva com reservatórios hídricos com baixo nível.

Aqui em Santa Catarina, há anos convivemos com períodos de estiagem que colocam em risco produtores do oeste e afligem as cidades da região pelo desabastecimento de água, ou mesmo com o abastecimento precário por meio de caminhões pipa.

A água é fundamental à produção agrícola, à criação de animais e em especial é fundamental para a saúde humana, e por isso está no foco da questão da segurança alimentar.

No Dia Mundial da Saúde, quando abordamos a questão da Segurança Alimentar, também devemos lembrar questões como a da qualidade dos alimentos, que tem relação direta com o uso de defensivos agrícolas em sua produção, na adição de conservantes adequados nos processos industriais, e também na questão da boa conservação dos alimentos.

Alimentos com má qualidade são origens de muitas doenças, desde a simples diarreia, e podem originar até o câncer. Alimentos orgânicos e saudáveis, que são os mais recomendáveis, são cada

vez mais difíceis de acessarmos em nosso cotidiano.

Questões como essas ampliam a responsabilidade dos gestores públicos que trabalham em áreas ligadas à Saúde, à Agricultura, à distribuição de água de qualidade e a todos os administradores que têm responsabilidade em tomadas de decisões que impactam na vida da população.

Quero finalmente lembrar que o Dia Mundial da Saúde não deve ser apenas uma efeméride para ocupar espaço no calendário. Entendo que é uma data importante para pensarmos o presente e o futuro, com o olhar também voltado ao passado, que não precisa nem ser tão distante, para lembrarmos como as transformações em nosso mundo estão sendo aceleradas e como precisamos ter cuidado para garantir a saúde e a qualidade de vida para as gerações futuras.

No Dia Mundial da Saúde, finalmente, quero desejar a todos muita saúde e um futuro com mais segurança alimentar.”

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Rodrigo Minotto, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Quero aqui saudar os professores, as professoras do nosso estado de Santa Catarina dizendo que a educação é a forma de transformar culturalmente, intelectualmente e economicamente o ser humano.

E diante do que ouvi e vi nos últimos dias, eu não posso me furtar, eu não posso me omitir de expor aquilo que o secretário de estado da Educação proferiu.

Solicito à assessoria que proceda à apresentação do vídeo.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Eu queria um pouco mais de atenção para que possamos fazer a conclusão do raciocínio e tentar

expor a todos os trabalhadores da Educação o que o secretário falou sobre o diálogo.

(Passa a ler.)

"O diálogo social é um princípio inspirador na perspectiva da construção de consensos entre ideias divergentes ou contraditórias. No mundo contemporâneo o diálogo social vem sendo intensamente aplicado em fóruns internacionais, como na Organização Internacional do Trabalho, para a construção de agendas positivas entre trabalhadores e empregadores.

Em Santa Catarina dá-se exatamente o contrário. Ao invés de usar o diálogo social para mediar os conflitos entre os professores da rede estadual de ensino e o governo, o secretário estadual de Educação abre o verbo contra professores ameaçando-os com represálias, conforme mostra o vídeo.

Isso é vergonhoso, assédio moral sobre os professores. Isso é um desrespeito à categoria. Isso é incompatível com a função pública. A linguagem usada pelo secretário, na videoconferência, além de inapropriada, é desqualificada, leviana, medíocre e desrespeitosa.

O que marca a especificidade da escola é a sua função social e de interação entre sujeitos diferentes entre si. É na escola que se constrói conhecimento! É na escola que se aprende a respeitar o outro! É na escola que se aprende conceitos básicos de civilidade, relacionamento social e se exerce o protagonismo e a cidadania.

Ao chamar os professores de 'pelegos' o sr. secretário de estado da Educação baixou o nível, desaprendeu o que certamente aprendeu na escola, desqualificou-se para a nobre função pública de secretário de estado. Agora não adianta explicar o inexplicável.

As ameaças veladas aos professores ACTs e estagiários ferem o direito de sindicalização dos trabalhadores consagrados pela Constituição Brasileira de 1988.

A postura arrogante do sr. secretário representa um desserviço à Educação Catarinense e sinaliza para uma gestão pública autoritária,

incompatível com o desejo de todos nós catarinenses por educação de boa qualidade como vetor de desenvolvimento econômico sustentável, socialmente justo e inclusivo.

Retomar o diálogo com a categoria, repensar o projeto educacional para o estado, compartilhar através do diálogo social com professores, pais e alunos é tarefa que se impõe ao sr. secretário de estado da Educação, bem como a de civilizadamente pedir desculpas públicas aos professores pela sua fala equivocada e inoportuna na videoconferência, como condicionalidade para sua permanência no cargo!"

(Palmas das galerias)

Para concluir e aqui refletirmos, trago aqui a citação do sr. Fernando de Mello Viana: "A escola atual é a escola da vida. Os professores e os pais devem conjugar o pensamento de tal maneira que a criança em casa encontre o mestre e na escola tenha um pai."

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado, quero parabenizá-lo pela manifestação e tenho dito aos professores que esta legislatura, felizmente, tem ampliado o apoio à Educação, ao Magistério Catarinense. Com a sua manifestação podemos perceber isso.

Estou inscrita para fazer um pronunciamento, mas o mais grave, no meu entendimento, além do autoritarismo e da ditadura presente na fala do secretário é quando ele diz que o diretor de escola terá o maior aumento de todos os aumentos que se tem. Isso prova que a medida provisória não vem para fazer Justiça com todos os trabalhadores da Educação Catarinense.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos

são destinados ao Bloco Frente Renovação, formado pelos partidos PSB, PR e PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do Bloco Frente Renovação, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Rodrigo Minotto.

(Pausa)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, gostaria de destacar aqui a presença de diversas lideranças, entre elas o presidente da Câmara de Vereadores de Xanxerê, Wilson Martins, que traz algumas proposições, entre elas, uma que me chamou a atenção é que a referida câmara está fazendo movimentos sociais de conscientização da importância do tratamento do esgoto sanitário.

Santa Catarina é um dos estados onde há poucas cidades, a exemplo de Balneário Camboriú, da qual v.exa. foi prefeito e governador e estimulou a implantação do esgoto lá, com o tratamento de esgoto sanitário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a desistência do deputado Rodrigo Minotto, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, formado pelo PP e PSDB.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. Primeiramente quero fazer um registro a respeito de um debate que tivemos hoje de manhã na comissão de Constituição e Justiça, quando, inicialmente, tratamos do assunto da energia, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que apresentou um tema bastante relevante no que diz respeito à interrupção de energia por conta de árvores, principalmente as que não são nativas.

Mas por outro lado, entendemos que essa matéria merece um estudo mais profundo com a

participação da empresa, porque em determinadas localizações há como a linha de transmissão, de tensão, acompanhar a própria rodovia, em outros locais não, pois há linhas de alta tensão que ocupam um espaço enorme, deputado presidente.

Nós já estamos em uma situação difícil no campo da energia. Temos hidrelétricas em Santa Catarina que estão travadas na Fatma, que são as PCHs, e a isso não se tem dado celeridade porque há falta de pessoal e uma série de fatores que tem contribuído por conta dessa morosidade. E ao mesmo tempo, encontramos a escassez de energia, mas que não depende só de Santa Catarina, mas, deputado Dr. Vicente Caropreso, dos investimentos federais que não tem tido o investimento necessário para fazer frente a essa demanda, e já se fala, inclusive, em racionamento.

Portanto, esse é um debate nacional, mas que também é de Santa Catarina, sendo assim, oportunamente, vamos aprofundar esse debate na questão energética e poderemos até darmos celeridade, ou pelo menos interferir neste pedido de celeridade, para que o órgão ambiental, a Fatma. E cabe a todos nós trabalhar para que isso possa acontecer e dar uma condição mais favorável ao desenvolvimento de Santa Catarina.

Sr. presidente, temos aqui várias manifestações sobre a medida provisória, sobre o futuro do projeto da Educação. E trago aqui uma decisão que ficou acertada na noite de ontem, por parte do governo do estado. Trata-se da apresentação do anteprojeto, no dia de amanhã, no período da manhã, por parte do governo do estado, que é meritória e justa esta reivindicação dos professores há mais de cinco anos, que é a descompactação do plano de carreira.

Havendo essa compreensão, esse entendimento, atendendo algumas demandas do próprio Sinte, como por exemplo, a equivalência salarial do temporário com o efetivo, demanda essa que o governo já sinalizou que vai atender. Assim como vai atender também um pedido dos professores que tem licenciatura curta, ou do próprio Magistério, que também é um pedido. E diga-se, de passagem, há

muito mais inativos do que efetivos. E se houver o entendimento das bancadas, dos parlamentares, que assim forem convidados participar esta apresentação, havendo este entendimento, esta medida provisória poder ser retirada no final do dia de amanhã.

Portanto, este é o entendimento do governo. Creio que vamos avançar com a condição de, na semana que vem, no máximo na terça-feira, que o projeto definitivo seja encaminhado para esta Casa para fazer a sua tramitação normal.

Era esse o meu comunicado, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, é o horário do bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Sim.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Mas já está na hora do PMDB?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Estava com a palavra o deputado Silvio Dreveck, do PP, tem espaço ainda.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, eu vou usar o espaço do Bloco Social Progressista por três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Sendo assim, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados professores que acompanham a nossa sessão

e os trabalhos da nossa Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar no dia de hoje, em nome do sr. Luis Eduardo Borges de Melo e da sra. Jeanine Ramos, de Balneário Camboriú, que são funcionários do estado da Vigilância Sanitária, já que hoje é o Dia Mundial da Saúde e, certamente, os resultados da saúde da população dependem de muitos fatores.

E na questão da medicina preventiva a Vigilância Sanitária tem uma contribuição muito grande com relação a isso. Todos os srs. deputados quando estavam na ocasião de candidatos conheceram muito bem essa história no tocante aos resultados das ações da Vigilância Sanitária em cada um dos municípios de Santa Catarina.

Fazendo uma comparação há alguns anteriores percebemos que houve uma evolução muito grande que se deve a inúmeras ações governamentais, entre elas destacamos as ações da Vigilância Sanitária e, graças a essas ações, tivemos uma mudança muito grande com relação à saúde.

A segurança dos alimentos é um dos temas a ser abordado, hoje, sete de abril, no Dia Mundial da Saúde.

(Passa a ler.)

"Os alimentos não seguros estão ligados à morte de dois milhões de pessoas por ano, incluindo muitas crianças. Os alimentos que contêm bactérias nocivas, vírus, parasitas ou substâncias químicas são responsáveis por mais de 200 doenças, que vão desde diarreia ao câncer.

As novas ameaças à segurança alimentar surgem constantemente. Alterações na produção de alimentos, distribuição e consumo, alterações no ambiente, novos e emergentes patógenos, resistência antimicrobiana, todos colocam desafios aos sistemas nacionais de segurança alimentar. Aumentos em viagens e do comércio aumentam a probabilidade da contaminação se espalhar internacionalmente.

Por tudo isso, o tema definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Dia Mundial da Saúde 2015, hoje, é segurança dos alimentos".

Por isso, citei essas duas pessoas, funcionários da Vigilância Sanitária, em nome deles quero saudar toda a equipe da Vigilância Sanitária, pelos extraordinários resultados que já prestaram ao estado, e cabe também ação do estado no sentido de normatizar a ação dos Vigilantes Sanitários.

Ou seja, os municípios que têm a vigilância sanitária, seus funcionários, mas precisamos dar melhor status, melhor reconhecimento a esses funcionários.

Sr. presidente, por último, não poderia encerrar esse registro do Dia Mundial da Saúde sem lembrar que muitas ações governamentais da vigilância sanitária, do saneamento são importantes para a saúde. Mas também não dá para ignorar as ações curativas. Ano passado o SUS ficou sem pagar os hospitais de agosto até fevereiro deste ano. Se contar dá para ter uma ideia de quantos meses são. O último mês que foi pago foi outubro, quer dizer, já se passaram seis meses sem o SUS fazer pagamento para os hospitais. Como será que o Ministério da Saúde e a secretaria da Saúde imaginam que os hospitais poderão pagar os funcionários ou os fornecedores de seis em seis meses?

Queria só deixar essa pergunta e quem sabe alguém possa responder.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até treze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, participei ontem, no município de Balneário Camboriu, do lançamento, por parte da

Polícia Militar, de um novo sistema de integração com a comunidade do registro de BO informatizado e interligado feito diretamente pelo policial que atenderá à ocorrência já com esse sistema caindo no sistema integrado da Polícia Militar, que receberá imediatamente o encaminhamento necessário.

Então, quero parabenizar a Polícia Militar por estar buscando essa aproximação com a comunidade, essa resposta rápida de serviço, já que sabemos que hoje há uma grande reclamação, com razão, por parte do cidadão, na demora da resposta da Segurança Pública. Esse PMSC *Mobile*, sobre o qual já há um projeto desde 2007, vem aperfeiçoando o processo de atendimento do registro de ocorrências.

Neste mês de abril, com base no princípio de melhoria contínua, será iniciada a utilização de um aplicativo para os *tablets*, *smartphones* denominado PMSC *Mobile* para gestão dos atendimentos de ocorrência.

Ontem, tivemos em Balneário Camboriú o lançamento desse sistema com a presença do comandante-geral da Polícia Militar, de diversas autoridades, inclusive mostrando as viaturas adaptadas para esse sistema de atendimento.

Então, esse sistema vai atender as ocorrências de emergência, ele permitirá ao policial militar consultar pessoas e veículos utilizando a integração com o Sisp - Sistema de Informatização e Simplificação de Processos. Esse comprovante que é emitido por ocasião do BO, o cidadão poderá, inclusive, depois, receber e acompanhar pela *internet* o que foi feito, qual o encaminhamento, e...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Por favor, pessoal, vamos tentar manter silêncio, pelo menos no horário dos Partidos Políticos, quando os srs. deputados estão se manifestando. A reivindicação é legítima, mas vamos ter calma.

(Manifestações das galerias)

Pessoal, por favor, assim não dá, vamos nos acalmar!

Temos os horários que devem ser respeitados, só isso! Deixem o deputado Maurício Eskudlark continuar a sua explanação.

Depois faremos uma discussão do projeto. Vamos manter o clima de tranquilidade e harmonia.

Tudo vai se encaminhar. Podem ter certeza de que esta Casa está do lado dos professores.

Deputado Maurício Eskudlark, pode prosseguir o seu depoimento abrindo o horário regimental.

(manifestações das galerias.)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDKARK - Eu só lamento que crianças estejam aqui acompanhando essa atitude nada digna por parte dos professores....

(Manifestações das galerias)

Eu abro mão da minha palavra ...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de registrar aqui, em primeiro lugar, o nosso cumprimento e reconhecimento a duas categorias de trabalhadores importantes neste Dia Mundial da Saúde. Esse dia importante reconheceu o trabalho de toda a população, dos trabalhadores dessa área; e também os jornalistas.

Como o deputado Rodrigo Minotto, há pouco, já mostrou aqui a entrevista do secretário e todo puderam acompanhar, e também já abordou o assunto, com o qual concordamos, quero dividir o tempo da nossa Bancada com a nossa líder, deputada Luciane Carminatti, que falará também sobre a sua opinião, a opinião da bancada sobre esse tema da Educação.

Agora, apenas quero registrar o tom de ameaça do secretário da Educação, que mostra porque não há eleição de diretor neste estado. A estratégia é justamente o pensamento de que a escola seja um espaço de transmissão do Executivo, do governo, das políticas do governo.

Então, lamentamos muito isso. O deputado Silvio Dreveck fez aqui a sua fala, da nova estratégia do governo, e esperamos isso desde o início, que não venha aqui essa medida provisória, que foi retirada, num projeto. Num projeto de lei!

(Manifestações das galerias)

Não vai ter acordo! Não vai ter acordo se a medida provisória vier agora da mesma forma num projeto de lei! Foi isso que motivou a paralisação, a greve.

Então, o secretário não está em condições de negociar. Ele se descredenciou para fazer a negociação com a categoria. Então, o governador tem que assumir a negociação a partir desse novo momento, deputada Luciane Carminatti.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado ao Partido dos Trabalhadores, com a palavra, pelo tempo restante do partido, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu vou abreviar a minha fala. Gostaria de fazer uma reflexão maior, mas em função do tempo não será possível.

Quero já cumprimentar todos os professores e professoras e dizer que o que faz a lei é a luta, sabemos disso, as leis são o resultado da nossa organização, da nossa pressão e da nossa capacidade de indignação.

A Lei n. 11.738, de 2008, que instituiu o piso nacional foi negada por Santa Catarina mais quatro estados da nação brasileira que entraram no Supremo Tribunal Federal para não cumprir a lei do piso, um terço de hora/atividade e também garantir que os professores tivessem, além do piso, reajuste automático todo o mês de janeiro. Tivemos a greve de 2011, foram 62 dias para que tivéssemos o piso na carreira. Depois, em 2012, e agora, estamos em 2015.

Eu quero trazer aqui as grandes perguntas que o secretário não consegue responder, e é por isso que quero reforçar o pedido e acredito que amanhã,

apesar da tentativa do governo em realizar uma reunião com a bancada governista, os deputados, a exemplo do PMDB, já se manifestaram aqui, deverão reiterar a inadmissibilidade da Medida Provisória n. 198.

E quero dizer por que temos certeza da arbitrariedade dessa medida provisória. Em primeiro lugar, ao contrário do que o governo diz, que os professores estão se negando a negociar, no dia 3 de fevereiro, quando começou o debate com o Magistério Catarinense, o governo sorratamente, na semana seguinte, no dia 10 de março, editou a medida provisória que coloca os professores ACTs abaixo dos demais professores.

No dia 12 de março essa MP entra e é lida aqui na Casa. No dia 13 de março, os professores fazem a assembleia estadual e não decretam greve, mas negociar, dialogar com o governo. No dia 10 de março, na segunda assembleia estadual, mais uma vez, dizem ao governo que querem uma contraproposta. A greve só veio dia 24 de março.

Então, quem não quer negociar é este governo. E vamos parar aqui de preservar a figura do governador, por quê? Porque o secretário de Educação foi nomeado pelo Poder Executivo. Nomeado! Ele não está lá por conta própria!

(Manifestações das galerias)

Então, pergunto: o governador vai continuar mantendo um secretário? Então é porque é conivente com as suas ações.

(Manifestações das galerias)

Segunda contradição: como é que vai melhorar a carreira, se na exposição de motivos, está aqui R\$ 40 milhões com a Medida Provisória n. 198, retirando R\$ 40 milhões/mês de salário de quem já ganha pouco?

Terceira contradição: como que o secretário diz, e está lá no site da secretaria de Educação - que o governo quer reduzir a aplicação da folha de pagamento do Fundeb de 92.6 para 80. Que mágica é essa? Se você quer melhorar salário você reduz investimento em folha de pagamento?

Então, quero dizer ao deputado Silvio Dreveck que não encaminhem para esta Casa um projeto de

lei retirando direitos de trabalhadores e reduzindo regência de classe, porque todos nós sabemos que aumentar vencimento de professor com o mesmo dinheiro reduzindo 40% de regência para 15%, isso é maquiagem, é enganar a população.

Eu gostaria muito que o secretário de Educação tivesse a capacidade de dialogar com o Sindicato dos Trabalhadores.

Mas eu quero concluir a minha fala dizendo que cada vez eu tenho maior convicção de que nem todos neste país defendem a democracia, porque se defendemos a democracia, lá na Constituição Federal, no art. 9º, é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio deles defender.

Não é o secretário nem o governo que vão dizer quando um professor entra em greve. Cabe ao governo, sim, respeitar o direito dos catarinenses à boa educação, e não tem boa educação com uma categoria de efetivos ganhando um salário, de ACTs ganhando outro, e os aposentados outro.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não havendo mais oradores no horário dos Partidos Políticos, esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h para iniciarmos a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0002/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

As mensagens de veto, conforme acordo de líderes, não serão deliberadas no dia de hoje.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0196/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0197/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0198/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0199/2015 e 0220/2015 de autoria do Dr. Vicente Caropreso; 0201/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja; 0202/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0203/2015, 0204/2015 e 0205/2015 de autoria do deputado Neodi Saretta; 0206/2015, 0207/2015, 0208/2015 e 0209/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Comunica igualmente que defere de plano os Requerimentos n.s 0209/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0210/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0211/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0212/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0213/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0214/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0215/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0216/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0217/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0218/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0219/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0220/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Pedido de Informação n. 0071/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, solicitando informações sobre a existência de algum convênio firmado entre o governo do estado e o município de Gaspar para drenagem e pavimentação da Rua Vidal Flávio Dias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0072/2015, de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao

secretário de estado da Infraestrutura e ao presidente do Deinfra, solicitando informações referentes à GRP-010, Rodovia Intermunicipal Urbana, que liga os municípios de Garopaba a Paulo Lopes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Quero comunicar aos deputados membros da comissão dos Transportes e Desenvolvimento Urbano que vai haver uma reunião com o secretário e o superintendente do Deinfra, Wanderley Agostini e o João Carlos Ecker, às 17h, na sala das comissões. Estão convidados todos os deputados que quiserem se fazer presente.

Pedido de Informação n. 0073/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, pedindo informações acerca dos recursos financeiros destinados à construção de novas salas de aula efetivamente repassados à secretaria de estado do Desenvolvimento Regional de Blumenau ou à direção da Escola de Educação Básica Prefeito Germano Brendes Júnior, qual valor aprovado; data e recursos respectivos; caso contrário, qual o impedimento legal para o repasse dos recursos financeiros; bem como a data prevista para que a unidade escolar receba esses recursos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0074/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à estrutura administrativa do Besc S.A. Corretora de Seguras e Administradora de Bens Móveis e Imóveis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0075/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado aos secretários de Estado da Infraestrutura e da Fazenda, solicitando informações acerca das obras do contorno viário Oeste e do contorno viário Leste do município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0076/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, que a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre as obras para a conclusão e manutenção do Centro Cirúrgico do Cepon de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0077/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao

governador e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações relativas ao Plano SC Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência informa aos srs. deputados que não vamos deliberar hoje a MP que já está em tramitação, mas amanhã, de uma forma ou de outra, esse assunto será decidido.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, temos a polêmica do emplacamento das máquinas agrícolas e a presidente Dilma Rousseff no dia 31 de março assinará a Medida Provisória n. 673, que altera o Código Brasileiro de Trânsito e retira essa questão do emplacamento das máquinas agrícolas.

Então, é mais uma conquista e esperamos que o Congresso Nacional vote essa medida provisória para tranquilizar esse setor da agricultura que estavam preocupados com esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Leonel Pavan, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. e srs. deputados, o meu pronunciamento é apenas para falar do evento da Volvo que acontece no Brasil.

Mas, antes para alegria...

(Manifestações das galerias)

Por mais que as nossas manifestações sejam favoráveis aos professores, por mais...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Eu gostaria de pedir a todos e a todas, aos nossos professores, aos educadores e às educadoras, para que permitam a palavra ao deputado Leonel Pavan, sem prejuízo do tempo, deputado.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Bom, em primeiro lugar gostaria de dizer que, à pouco, quando estava presidindo os trabalhos desta Casa, permutei o nosso horário com o deputado Rodrigo Minotto para que ele fizesse o seu pronunciamento e colocasse o vídeo mostrando aquela afronta do secretário de Educação aos professores.

Nós cedemos o espaço para que pudesse o deputado Rodrigo Minotto, um deputado trabalhista, um deputado ligado à área do trabalho, expor aos professores a sua revolta e a nossa revolta.

E por diversas vezes aqui já nos posicionamos contra a esta MP e recebemos os professores em nosso gabinete e expomos os motivos. Mas eu não vim aqui para falar sobre a MP, aliás, o deputado Silvio Dreveck, que é líder do governo, educadamente, falou que será reestudada essa medida e analisado posteriormente.

Tenho uma viagem marcada para Brasília no dia de hoje e não a teria marcada se soubesse que a votação seria amanhã, porque queria deixar aqui a minha digital contra esta MP.

Eu não iria viajar, mas com a confirmação de que esta medida será novamente estudada - e já falei com o deputado Silvio Dreveck sobre isso-, irei cumprir o nosso compromisso em Brasília.

Então, quero apenas acalmar algumas pessoas que cobram de quem não deveria cobrar. O próprio deputado Mauro de Nadal deu parecer contrário, que é digno de elogio, mas o seu gesto não foi reconhecido. Cumprimento-o, deputado Mauro de Nadal, por sua coragem.

Mas quero falar sobre um evento da Volvo que está ocorrendo em Itajaí.

Trata-se da maior regata do mundo e, pela segunda vez, só no primeiro fim de semana do evento, reuniu quase 70 mil pessoas que foram

assistir a chegada dos barcos. A previsão é que até o dia 19 de abril, data da largada para a *Newport*, mais de 300 mil pessoas se envolvam com a regata. E só nos moles de Navegantes e de Itajaí tiveram mais de 20 mil pessoas. E dezenas de países passaram ao vivo a chegada das regatas.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, é impressionante a organização desse evento, é impressionante o lucro que a cidade de Itajaí, a região da Amfri e o estado de Santa Catarina estão tendo em função desse evento da Volvo. A cada R\$ 1,00 investido significa que Itajaí e a região deverão arrecadar R\$ 6,00 e a estimativa é um retorno de R\$ 66 milhões.

Por isso, quero cumprimentar o prefeito Jandir Bellini, também todos os vereadores, os organizadores do evento, inclusive os organizadores que vieram de fora, mais de 500 pessoas, que realizaram esse importante evento em Itajaí, para a região da Amfri e para o nosso estado.

Eu tive o prazer, quando governador do estado em 2010, de assinar o primeiro recurso para que a Volvo realizasse esse evento em Itajaí, e os recursos que foram investidos estão retornando trazendo benefícios a toda sociedade.

O que lamentamos é que a minha cidade, Balneário Camboriú, não faça parte desse evento, que não tenha um estande da minha cidade no evento. E sabe por que, deputado Padre Pedro Baldissera, presidente desta sessão no dia de hoje? Porque o prefeito da cidade de Balneário Camboriú retirou-se da Amfri, não faz parte da associação, não quis fazer parte dessa associação. Por isso a cidade de Balneário Camboriú fica de fora.

Então, fica o nosso registro cumprimentando o povo de Itajaí, a equipe da Volvo, as pessoas de vários países que vieram para o evento. Também cumprimento mais uma vez os vereadores da cidade e a classe empresarial. Santa Catarina está dando novo impulso ao turismo, está avançando cada vez mais, nosso estado passou a ser mais conhecido no mundo inteiro, não apenas pelas suas praias, pelas

suas belezas naturais, pela sua cultura, pelo carinho do seu povo, mas também pelo seu esporte náutico. Temos que fazer uma Santa Catarina cada vez melhor, com investimentos que tragam retorno dessa natureza. Parabéns à equipe da Volvo e ao povo de Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Na sequência, a próxima oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, sras. e srs. deputados, cumprimento de forma especial o Magistério Catarinense que se faz presente nesta sessão ordinária com a justa reivindicação do plano de carreira, do Piso Nacional do Magistério e contra a Medida Provisória n. 198. E tenho certeza que amanhã será um dia decisivo para este Parlamento e para os professores estaduais.

A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores já se manifestou várias vezes nesta tribuna, ou com alguns professores que conversamos durante esse período nesta Casa, que somos contra a forma como está vindo a Medida Provisória n. 198, porque realmente reconhecemos a importância dessa categoria tão importante ao nosso estado e que diferencia o professor temporário, os Acts dos professores efetivos.

(Passa a ler.)

"Mas ocupo, hoje, esta tribuna, para falar do Dia Mundial da Saúde, dia 7 de abril.

Em 1946, a Organização Mundial da Saúde aprovou um conceito que visava ampliar a visão do mundo a respeito do que seria estar saudável. Depois de muita discussão, ficou definido que a saúde é o bem estar completo, bem estar físico, mental, social e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade.

A saúde deve ser vista como uma forma de total bem-estar, que é conseguido não somente através do tratamento de doenças ou sua prevenção, mas através da qualidade de vida. É isso que temos que

discutir. Saúde não é somente o tratamento da doença, é uma série de outras coisas que, a partir dessa fala de hoje, precisamos ficar atentos a esses conceitos.

De acordo com a Lei n. 8080, de 1990, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. A lei também enfoca que para se ter saúde alguns fatores são determinantes, tais como: alimentação, moradia, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, transporte, lazer, uso e acesso aos bens e serviços essenciais. Então, é uma ampla discussão sobre este tema.

Percebe-se, portanto, que todos os fatores afetam a vida de um indivíduo e, conseqüentemente, afetam sua saúde. O papel do estado é garantir o bem-estar da população e é fundamental, pois é ele o responsável por garantir a qualidade de vida de cada pessoa do nosso Brasil e do nosso estado.

Então, no dia 07 de abril comemoramos o Dia Mundial da Saúde, criado pela Assembleia Mundial das Nações Unidas, que tem como objetivo conscientizar a população a respeito da qualidade de vida e dos diferentes fatores que afetam a saúde da nossa população.

Esta data foi estabelecida para coincidir com a data de fundação da Organização Mundial da Saúde. Todos os anos, a partir de 1948, as campanhas são realizadas a respeito de um tema diretamente relacionado à saúde. Essas ações são importantes para que a população aprenda a se cuidar e informe-se sobre seus direitos quando o assunto é a promoção da saúde.

Este ano, 2015, o tema para discussão é a segurança dos alimentos. É um tema mundial, pois o mundo todo está discutindo a questão da alimentação, da saúde e a segurança dos alimentos.

Os alimentos são seguros? Há uma dúvida a esse respeito. Alimentos não seguros estão ligados à morte de cerca de dois milhões de pessoas por ano. Pessoas que não têm segurança alimentar incluindo milhares de crianças. Os alimentos que contém bactérias nocivas, vírus, parasitas ou substâncias

químicas são responsáveis por doenças que vão desde a diarreia ao câncer. Nunca vimos tantas doenças crônicas como estão sendo desenvolvidas agora no mundo inteiro. Um exemplo é o grande número de câncer que vimos constatando anualmente.

As novas ameaças à segurança alimentar surgem constantemente: alteração na produção de alimentos, distribuição e consumo dos alimentos, alterações no ambiente e também novos e emergentes patógenos, resistência antimicrobiana, todos colocam um desafios ao sistema alimentar e também da segurança alimentar. A população está em dúvida e muitos especialistas também estão em dúvida quanto à alimentação que estamos ingerindo no mundo hoje em dia.

O crescimento do comércio internacional aumenta as probabilidades de contaminação.

Por tudo isso, o tema definido pela Organização Mundial da Saúde para o dia de hoje, Dia Mundial da Saúde, é Segurança dos Alimentos.

Quero ainda destacar aqui a importância do Sistema Único de Saúde e a relevância de todos os profissionais de saúde do nosso Brasil que contribuem decisivamente para o bem-estar da nossa população.

Quero ressaltar que assim como no Magistério, a grande maioria dos profissionais na área da Saúde são mulheres, que também tem suas carreiras desvalorizadas a exemplo da Enfermagem. E que as nossas lutas por melhores condições de trabalho, tanto na Educação quanto na Saúde não muitas, mas não podemos desconsiderar as questões de gênero, que é muito importante, porque os baixos salários podem estar relacionados também ao preconceito com o trabalho das mulheres. E nesse Dia Mundial da Saúde quero ressaltar que temos muito a construir no nosso país, no nosso estado, em defesa da saúde pública. Além do desafio do financiamento, temos o desafio da gestão e o desafio de acolher a todos os brasileiros e brasileiras, que buscam a saúde pública. Somos o único país do mundo com mais de 200 milhões de habitantes que possui um sistema público e universal."

E quanto a isso, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, temos que discutir esse assunto não apenas no dia de hoje, quando comemoramos o Dia Mundial da Saúde, com o tema Segurança dos Alimentos, mas nos próximos dias. Como presidente da comissão da Saúde desta Casa, com os demais parlamentares, vamos fazer uma análise de como está a saúde pública no estado de Santa Catarina, o sistema hospitalar, o Sistema da Atenção Básica à Saúde, que já foi tema da última reunião da comissão de Saúde, também a questão da gestão dos hospitais do nosso estado e de como anda o atendimento da nossa população, principalmente na questão básica, como também na média e na alta complexidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Parabéns deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, presente no plenário, nossa presidente da comissão de Saúde.

Hoje, sras. deputadas e srs. deputados, é um dia importante, depois de tantos anos de fundação da Organização Mundial de Saúde em 1948.

Nós temos um carinho muito grande, não apenas por sermos da área, como médico, formado há mais de 35 anos, aqui nessa bela capital catarinense, mas, sobretudo, pelo nosso trabalho diuturno nas instituições e também na saúde pública.

Passei em concurso em 1980 para o ministério da Saúde e desde então trabalhei um ano e pouco lá em Blumenau, 1983, e depois me transferi e estou até hoje em Jaraguá do Sul, onde desenvolvi sempre a minha atividade como médico do ministério da Saúde. Fiz atendimentos como neurologista, como clínico, depois de 2004 como médico da Vigilância Epidemiológica e como auditor de alta complexidade e realizando os eletroencefalogramas de toda a região de Jaraguá do Sul.

Também batalho ainda hoje como médico voluntário da Apae. São 32 anos de trabalho. Inclusive, mesmo durante o mandato, arranjo um tempinho para dedicar-me a uma instituição que tem dentro do coração da minha família uma história toda de prestação de serviço à comunidade. Justamente minha falecida mãe com o meu falecido pai fundaram a Apae de Blumenau há 50 anos. Sei que a deputada Ana Paula Lima, que é de Blumenau, que mora naquela cidade, estará presente numa grande comemoração na ocasião desse cinquentenário, dessa extraordinária contribuição que vem dando a Apae de Blumenau para todas as outras Apaes e para inúmeras outras situações que ocorrem na prestação de serviços às pessoas portadoras de deficiência.

Pois bem, senhores, hoje comemoramos este Dia Mundial da Saúde mais voltado para a nutrição, ou seja, para qualidade dos alimentos. Aqui quero dar um grande abraço à minha amiga Adriana Stollmaier, que hoje representa, dentro da prefeitura, segurança alimentar do governo do nosso amigo Napoleão Bernardes, um jovem empreendedor, prefeito da minha cidade natal, que guardo no fundo do meu coração, está levando informação de qualidade alimentar na Praça Dr. Blumenau, lá no centro da cidade, às pessoas que por lá trafegam numa grande mobilização.

É uma demonstração de levar ao público, às pessoas comuns, por exemplo, a higiene correta dos alimentos e das mãos, a conservação e organização dos alimentos na geladeira. Vejam, são coisas simples, mas que representam economia e, acima de tudo, afastam o problema de contaminação alimentar, da interpretação, da informação nutricional nos rótulos dos alimentos e no incentivo, na explicação e elaboração da própria horta da pessoa e orientações em relação à separação do lixo sólido também para a coleta. E é isso aí!

Quando pensamos em saúde pensamos apenas em receber do governo, mas acredito que a função não é apenas do governo para com a sociedade, mas, sim, a sociedade participando ativamente dos

núcleos setoriais de saúde e também das organizações de saúde que fomentam de qualquer maneira o bem-estar de todos, pois saúde é um bem de todos, e eu interpreto isso, no país que julgo cidadão, depois de 1988, quando encontramos muito mais direitos do que deveres.

Acho importante, neste Dia Mundial da Saúde, pararmos e refletirmos sobre o papel de cada um de nós em relação a esses valores. Hoje temos que comemorar - e tenho batido muito nessa tecla - que este ano o boletim sobre a situação da dengue em Santa Catarina confirma 1.078 casos, ou seja, uma epidemia em uma cidade de nosso estado, no caso, Itajaí, que, graças a Deus, tomara seja logo debelada. E à custa de quem? Da população conjuntamente com a parte pública que é o mais importante.

Eu entendo que os funcionários, que o povo, as pessoas quando bastantes incentivadas se doam, elas participam, e é essa a tônica que temos como deputados, como representantes do povo: fazer, incentivar, chegar a todos os níveis.

E como tem dentro da minha região e da minha cidade, quero ressaltar aqui o valor de algumas pessoas que fazem doações, benemerência para várias casas de saúde, não apenas de Jaraguá do Sul, mas de Blumenau, Joinville, Guaramirim, São Bento do Sul, de Pomerode, alguns grandes empresários que não apenas se contentam com as suas empresas indo da melhor maneira possível economicamente, mas vão e passam daquele limite que todo mundo acharia que assim está bom

Temos o sr. Wander, sr. Egon, sr. Geraldo, já falecido, o sr. Werner e o sr. Vicente Donini, e tantas outras famílias que poderiam hoje estar acumulando milhões e milhões, mas doam para os hospitais, entidades e fazem esse complexo de saúde pulsar forte na minha comunidade. Por isso, tenho a dizer que me orgulho de morar em Jaraguá do Sul e me orgulharia muito mais ainda, nosso sempre governador, senador Leonel Pavan, que esse modelo de Jaraguá do Sul se prestasse a várias outras partes de Santa Catarina e do Brasil em que

as pessoas pudessem doar e incentivar cada vez mais à saúde.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento, que faz um relato de algo verídico e que nós sentimos todos os dias.

O que seria dos governos, deputado Vicente Caropreso, v.exa. que é uma pessoa ligada à saúde, de grande experiência. Uma pessoa que é voluntária atendendo às Apaes e que gratuitamente faz um serviço de generosidade.

O que seria dos governos se nós não tivéssemos pessoas como estas que v.exa. acabou de citar, todos esses nomes. Outras tantas em Blumenau, outras tantas em Caçador, em Chapecó. Estou citando algumas cidades, pois quando governador, ia visitar os hospitais levando recursos e encontrávamos empresários doando parte do que tinham para ajudar as pessoas mais necessitadas, apenas pela generosidade, pelo coração, por serem pessoas que reconhecem a necessidade daquelas pessoas mais humildes e mais pobres.

Acho que o seu pronunciamento, citando essas pessoas que se doam, que contribuem, essas realmente merecem ser citadas e elogiadas pelos governos municipais e o governo estadual.

Parabéns pelo seu brilhante pronunciamento, já que v.exa. além de deputado, é uma pessoa que se doa, voluntariamente, há muitos anos, para a Saúde, não apenas de Jaraguá, mas para toda Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado pelo aparte, deputado Leonel Pavan.

Eu não poderia deixar, como funcionário público federal, e tendo passado dez anos também à disposição do governo estadual desenvolvendo as minhas atividades, de mandar um abraço a todos os funcionários do ministério da Saúde, e também da secretaria estadual de Saúde. São pessoas que se doam, e aqui quero abrir um parêntese, se nós

formos pensar no salário congelado há décadas, como o meu e como o de vários outros funcionários do estado, realmente era para sair da atividade pública.

Mas Santa Catarina pode ter certeza, na Divisão de Vigilância Epidemiológica, na DIV, assim como em outros setores, são pessoas de alto espírito público, cabedal de pensamento e de preparo, realmente, para, como em outras situações graves de saúde pública, de risco de epidemias, se comportar de uma maneira ativa, fazendo não política partidária nem política de aparecer, mas sim a política correta de saúde, empregando ensinamentos e colocando em prática para proteger a população.

Então, fica aqui registrado o meu abraço aos profissionais de Saúde, o meu abraço ao Ministério da Saúde, aos profissionais das Secretarias Municipais e também do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, srs. deputados, sras. deputadas.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sra. Presidente, é uma alegria vê-la presidindo esta Casa. É uma honra para nós, neste momento.

Gostaria de citar a presença do vereador Rafael, conhecido como o Rafa da padaria, de Itajaí, um jovem que se destaca na política de Santa Catarina e de Itajaí.

E nós, neste domingo, fomos portadores de troféus para uma equipe da Volvo que está participando de um grande evento em Itajaí. O Rafa entrou com a premiação e eu tive a honra de entregá-la.

Eu fiz, Rafa, há pouco, um pronunciamento enaltecendo Itajaí, enaltecendo o prefeito Jandir, enaltecendo os vereadores e toda aquela comunidade. Então, a sua presença para nós é muito

importante. Leve um abraço da Assembleia Legislativa para o povo de Itajaí.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Muito obrigada, deputado Leonel Pavan.

Seja bem-vindo, vereador Rafael, leve do Parlamento Catarinense um abraço a todos os itajaienses.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu gostaria, sra. presidente, de parabenizar os nossos jornalistas pelo Dia do Jornalista, em especial, àqueles que trabalham nesta Casa.

Aproveitando o discurso do deputado Dr. Vicente Caropreso também quero fazer a nossa saudação especial ao Dia Mundial da Saúde. E na pessoa do nosso secretário de estado, João Paulo Kleinübing, quero cumprimentar todos os profissionais, enfermeiros, médicos, motoristas de ambulância, que fazem um trabalho fantástico no interior de Santa Catarina. E é claro, mais uma vez, o nosso desabafo aqui, pois não é possível que os nossos municípios continuem investindo de 25% a 30% na Saúde e o estado também nessa média de 20% e a federação apenas 4%. O mínimo que nós precisamos é chegar em 10% de investimento para que de fato tenhamos uma revolução na tabela do SUS.

Falar em saúde é falar também de um estado sem drogas. Essa é a nossa temática e não poderia me furtar da palavra, nesta tarde, porque há uma semana lançamos a fase 2 do Programa Reviver, que teve a sua primeira fase em 12 meses, num investimento de R\$ 12 milhões. Na última terça-feira, dia 31 de março, com a presença do governador, no auditório da Fapesc, fizemos com muita determinação o lançamento da fase 2 do Programa Reviver. A assinatura de compromisso entre o governo do estado e a Fapesc, juntamente com a Fapeu - Fundação de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina - que passa a valer não

só a validação de mais um contrato de 12 meses com as 70 comunidades, mais a possibilidades de termos mais 20 comunidades inseridas no Programa Reviver, a partir do mês de março.

Temos uma reportagem, que a nossa gerência de comunicação da Casa teve o cuidado de nos repassar. E, portanto, gostaria de compartilhar com os senhores catarinenses.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Gostaria de agradecer mais uma vez à comissão, aqueles que puderam estar presentes no lançamento desse programa e de dizer da nossa determinação de avançar nos cinco eixos fundamentais que trabalhamos já no início, na abertura dos trabalhos da comissão. Aliás, a comissão está bem representada, agora, com três médicos e uma enfermeira, a deputada Ana Paula Lima.

Quero dizer que vamos enfatizar a prevenção, e já há um chamamento para o Proerd para estar na comissão e apresentar o programa para 2015. Também queremos avançar na reabilitação, com a chamada de novas comunidades terapêuticas, na questão da ressocialização, que é outra esfera necessária para essa caminhada, a questão da repressão, em que é preciso estar permanentemente vigilantes. E quanto à questão da legislação há muita coisa que, além da esfera federal, pode-se fazer aqui nesta Casa e nas Câmaras de Vereadores.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Carapreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Carapreso - Deputado, é bom ver um deputado tratar de uma questão que muitos reputam como algo que não dá voto, em que há quase um rejeito por parte da sociedade. Trata-se de um trabalho sem fronteiras, que busca dar um fio de esperanças a essas almas humanas e colocar de volta essas pessoas no convívio normal com a sociedade.

Esse é um projeto que deve ser valorizado porque, sobretudo, aposta na capacidade humana de voltar a produzir e conviver, sempre trazendo o apoio seja espiritual, médico, enfim de toda uma equipe multidisciplinar, que é necessário para

fazer essa pessoa voltar a pulsar como qualquer um de nós.

Sabemos que a droga é uma desgraça mundial e precisamos de pessoas como v.exa., de pensamentos como o do governador para realizar projetos dessa natureza. Parabéns!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Agradeço a v.exa.!

Concluo, parabenizando a Comunidade Terapêutica Ebenezer, em Imbituba, que no último sábado inaugurou a sua sede. Estivemos lá com o prefeito, os vereadores. Trata-se de uma casa com capacidade para 25 internos, que vai atender de forma pioneira a região de Imbituba no acolhimento de dependentes químicos.

Então, aqui o nosso sincero reconhecimento ao nosso amigo Jairo que comandou todo esse processo de construção. Eu fiquei muito feliz porque ao adentrar naquele pavilhão a primeira coisa que vi foi um quadro com mais de dez alvarás de licenciamento. É muito bom quando a comunidade começa e começa bem, com alvará de licença de vigilância sanitária, enfim, todos os alvarás necessários, começando de forma muito positiva.

Portanto, nota dez à Comunidade Terapêutica Ebenezer, de Imbituba, e em seu nome eu cumprimento todos aqueles que de forma espontânea, voluntária, dedicam-se a esse trabalho de reabilitação do dependente químico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Parabéns, deputado Ismael dos Santos, pela condução do fórum que v.exa. está promovendo e parabéns pelo seu trabalho aqui no Parlamento Catarinense. Também parabenizo a sensibilidade do nosso governador, Raimundo Colombo, no sentido da parceria, porque, com certeza, o mal do século é a droga e nós temos que minimizar essa situação.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.